**CONTRATO Nº 01/2025**

***Contrato que celebram a Câmara de Vereadores de Canguçu, e PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, referente à serviço de administração, controle e gerenciamento do abastecimento de combustível no veículo oficial através de ***

***.***

Pelo presente instrumento de **CONTRATO** que firmam entre si a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANGUÇU/RS,** inscrito no CNPJ sob n.° 90.320.847/0001-46, localizada na cidade de Canguçu/RS, na Rua General Osório, 979, neste ato representado por seu Presidente Jardel Souza de Oliveira, inscrito no CPF sob nº 712.047.410-34 denominada CONTRATANTE e de outro lado, a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 05.340.639/0001-30, estabelecida na R Calçada Canopo , n° 11,Sala 03,- Andar 2  Centro de Apoio II, Alphaville no município de Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada pelo Sra. Renata Nunes Ferreira, inscrita no CPF sob n° 371.237.288-40, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Termo de Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições, com base no Pregão Eletrônico nº 002/2024.

# CLÁUSULA PRIMEIRA  DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela CONTRATANTE através do edital de licitação de **Pregão Eletrônico nº 002/2024 ** **Processo n° 011/2024** e na proposta vencedora, e se regerápelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

# CLÁUSULA SEGUNDA  DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis para veículo oficial desta Câmara, utilizando cartão eletrônico (com chip), tecnologia smart, ou cartão com tarja magnética (transmissão por meio digital) - na rede de estabelecimentos credenciados (postos), conforme especificações técnicas detalhadas do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, que fazem parte integrante desse contrato, como se nele estivessem transcritos.

# CLÁUSULA TERCEIRA  DO PREÇO E VIGÊNCIA

O valor do repasse mensal a ser realizado pela Câmara de Vereadores de Canguçu corresponderá ao montante total gasto com combustíveis. Tendo como estimativa de gasto mensal o valor de R$3.025,00, Valor anual R$ 36.300,00 e Valor Anual com aplicação da Taxa positiva de 1,22%: R$ 36.742,86.

As estimativas dos gastos e os quantitativos descritos neste termo constituem mera previsão dimensionada com a demanda atual, não estando o CONTRATANTE obrigado a executá-los totalmente, ou, podendo ainda, fazer acréscimos, observando para isto o valor global da verba orçamentária disponível e as regras estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA não terá

direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

A remuneração da contratada será resultante da aplicação da taxa de administração 1,22% sobre o efetivo montante total dos créditos efetuados nos cartões.

A taxa de administração contratada não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato.

Serão processadas as retenções previdenciárias e fiscais, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

O contrato terá vigência a partir de sua assinatura e o fim ocorrerá em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme Art. 106 da Lei 14.133/2021.

# CLÁUSULA QUARTA  DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura aprovada pelo servidor responsável, correndo a despesa na respectiva Secretaria e suas rubricas orçamentárias.

A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, **número do pregão**, **banco, n.º da agência** e o **n.º da conta** (a conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora) no qual será realizado o depósito correspondente, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do documento e posterior liberação para pagamento.

Parágrafo único. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

# CLÁUSULA QUINTA  DOS PRAZOS

Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - A CONTRATADA deverá iniciar os serviços objeto do presente contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato;

Parágrafo único. Os prazos de que tratam esta cláusula poderão, durante seutranscurso, ser prorrogado por igual período, desde que haja motivação e conveniência para tal.

# CLÁUSULA SEXTA  DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotaçõesorçamentárias:

## Unidade Orçamentária:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

## Projeto/Atividade:

2.001  Manutenção das Atividades Legislativas

## Categoria Econômica

3  Despesas Correntes

## Natureza da Despesa e saldo Disponível atual

3.3.90.30  MATERIAL DE CONSUMO R$ 201.218,34

**Rubrica (desdobramento da Natureza da Despesa)**

# CLÁUSULA SÉTIMA  DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensaráa CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês calculados pró-rata dia, até o efetivo pagamento.

# CLÁUSULA OITAVA  DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

8.1. Requisitar via Sistema de Gerenciamento os cartões contendo todos os dados cadastrais dos veículos e dos condutores; atribuir os limites mensais para utilização de cada cartão; autorizar os produtos e serviços autorizados para cada veículo;

* 1. Instruir o usuário responsável pelo acesso ao Sistema de Gerenciamento quanto ao uso esigilo da senha pessoal, e no tocante a conferência dos dados da operação;
	2. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer alteração havida nas informações referentes aos usuários do sistema, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes da sua omissão;
	3. Efetuar a entrega do cartão aos condutores autorizados, mediante protocolo que seobriga a manter em seu poder, orientando sobre a utilização do cartão;
	4. Manter sob sua guarda e responsabilidade os cartões, enquanto não forem distribuídos aos condutores, isentando-se a CONTRATADA de qualquer responsabilidade quanto ao ressarcimento ou substituição dos cartões indevidamente utilizados;
	5. Prevenir o condutor que, em caso de uso indevido do cartão, fica assegurado o direto da CONTRATADA advertir, suspender ou descredenciar o mesmo, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis. A utilização indevida do cartão é de responsabilidade da CONTRATANTE, isentando a CONTRATADA de qualquer ônus decorrente da utilização irregular;
	6. Orientar seus servidores, usuários do cartão, quanto à obrigação de comunicar imediatamente a perda, extravio, roubo ou furto do cartão ou senha, ficando sob sua responsabilidade quaisquer transações efetuadas antes da comunicação do evento;
	7. Efetuar o bloqueio do cartão no Sistema de Gerenciamento, no caso de comunicação da perda ou roubo do cartão;
	8. Cancelar os cartões de veículos que não façam mais parte da frota da CONTRATANTE, bem como excluir os condutores que não tenham mais vínculo com a CONTRATANTE;
	9. Informar via Sistema de Gerenciamento a manutenção/alteração dos limites mensais decrédito de cada cartão;
	10. Efetuar o pagamento integral dos valores utilizados pelos veículos, no prazo definido neste Termo de Referência, acrescido dos valores eventualmente devidos em caso de emissão, cancelamento ou substituição de cartões.

# CLÁUSULA NONA  DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

* 1. Administrar e gerenciar o cartão combustível junto à CONTRATANTE;
	2. Responsabilizar-se pelo credenciamento do(s) posto(s) de combustíveis aptos aofornecimento à Administração Municipal.
	3. Garantir a aceitação do Cartão Magnético nos postos de combustíveis, informando, imediatamente, inclusões e/ou exclusões destes;
	4. Manter nos estabelecimentos filiados à sua rede, em local bem visível e de fácil identificação, a especificação de sua adesão ao sistema objeto deste termo;
	5. Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pelo Município, quanto da execução dos serviços;
	6. Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, no sentido de se obter um produto adequado, variado e higiênico, dentro dos padrões e legislação estabelecidos, descredenciando os que não apresentarem serviços satisfatórios;
	7. Emitir os cartões, entregando-os na quantidade requisitada pela CONTRATANTE, no prazode até 10 (dez) dias contados da data da solicitação;
	8. Repor cartões, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, quando ocorrer perda, extravio, furto, roubo ou dano, ou qualquer outro que impossibilite a utilização do cartão, no prazo de até 10 (dez) dias do recebimento da solicitação;
	9. Substituir os cartões com defeitos de origem que impossibilitem a sua utilização, sem qualquer despesa para a CONTRATANTE, no prazo de até 10 (dez) dias do recebimento da solicitação;
	10. Disponibilizar mensalmente o crédito indicado pela CONTRATANTE para cada veículo;
	11. Disponibilizar o acesso ao Sistema de Gerenciamento do cartão combustível através de acesso a internet, com login e senha, para que a CONTRATANTE possa administrar, controlar, gerenciar os cartões dos veículos;
	12. Manter serviços de atendimento ao cliente no mínimo no horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais, sem qualquer custo adicional, inclusive quanto ao fornecimento de saldos;
	13. Emitir sempre que solicitado pela CONTRATADA, relação da rede de estabelecimentos credenciados, que, integrando-se ao seu sistema, se adapte às necessidades atuais e futuras da CONTRATANTE;
	14. Responsabilizar-se integralmente pela implantação do sistema, tais como: instalação dos equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados, emissão de cartões, credenciamento de redes de fornecedores, manutenção do sistema, treinamento de pessoal e fornecimento de manuais de operação (se houver);
	15. Disponibilizar sistema informatizado de pedidos e teleprocessamento dos pedidos via meio eletrônico, que contemplem os arquivos com extensão: HTML, CSV, XLSX e PDF;
	16. Emitir Nota Fiscal Eletrônica dos serviços prestados, que será enviada à CONTRATANTE por e-mail;
	17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Município;
	18. Lançar no sistema de gestão em tempo real, o valor do abastecimento, da quantidade de litros, e da quilometragem do veículo, nome do servidor que efetuou o abastecimento, após cada fornecimento;
	19. Oferecer os seguintes serviços: definições de limites de valores para cada veículo; flexibilidade total de cadastro e alterações de limite de crédito do veículo a qualquer momento; renovação dos limites sempre no primeiro dia de cada mês;
	20. Identificar os cartões com o nome dos veículos, contendo a marca e placa dos mesmos, com senhas emitidas em nome dos condutores, onde cada um possuirá senha pessoal e intransferível;
	21. Efetivar o bloqueio, desbloqueio e troca de senha, imediatamente quando solicitado pelo contratante. Referente à troca de senhas para usuários, também serão aceitas remissão das mesmas por contemplarem a função a qual se destinam;
	22. Quanto ao abastecimento, devem ser transmitidas as seguintes informações por atendimento e imprimir no comprovante de transação:
		1. Identificação do veículo com o prefixo (seu respectivo número de cadastroquando houver);
		2. Identificação do fornecedor (razão social e endereço completo do pontoemque foi efetuado o abastecimento);
		3. Data e hora em que foi efetuado o atendimento;
		4. Leitura do odômetro (assim entendido o registro existente no aparelho quemede a quilometragem percorrida pelo veículo até o momento do abastecimento);
		5. Identificação do usuário do sistema de abastecimento, por meio magnético eidentificado por senha;
		6. Tipo de combustível;
		7. Valor gasto com o abastecimento;
		8. Valor do IR retido  conforme IN n° 1234, da Receita Federal.
	23. A empresa deverá inibir o abastecimento do veículo em caso de divergência de odômetro, matrícula/senha incorreta, abastecimento do mesmo veículo em intervalos de tempo inferiores a 01 hora e capacidade do tanque divergente;
	24. A empresa é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrentes do combustível, ficando claro que a Câmara não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento;
	25. Garantir de que todo combustível registrado pela bomba foi realmente abastecido no veículo indicado;
	26. Garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frotado Município;
	27. Garantir que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado;
	28. Fornecer suporte técnico para o sistema;
	29. Fornecer manual de utilização do sistema de gerenciamento e de consolidação de dadosem língua portuguesa;
	30. Treinar e capacitar os servidores indicados para a utilização de todos os recursos do sistema;
	31. Disponibilizar no sistema relatório das operações realizadas no período, discriminando aidentificação do veículo, o local do abastecimento, o quantitativo de litros, o valor do abastecimento, a quilometragem por abastecimento e o valor de IR retido;
	32. Efetivar o bloqueio dos cartões em tempo real, caso necessário;
	33. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas no ato da contratação;
	34. Providenciar, quando necessário e às suas custas, toda a documentação e licenças exigidas para o serviço, bem como taxas incidentes, junto aos órgãos competentes, devendo apresentá-los à fiscalização sob pena de suspensão do pagamento;
	35. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao Município, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes, empregados e fornecedores, durante a execução dos serviços, NÃO excluindo ou reduzindo essa responsabilidade no caso de fiscalização ou o acompanhamento serem feito pela Administração;
	36. Responder por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que estejam relacionados direta ou indiretamente com o serviço, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos;
	37. Fornecer todo o equipamento necessário, adequados à execução dos serviços;
	38. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos e quaisquer despesas decorrentes de sua condição de empregador, referentes ao serviço, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário, e pelas penalidades impostas pelos respectivos órgãos fiscalizadores e pela sua repercussão sobre o objeto contratado;
	39. Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas, impostas por autoridade competente, em decorrência de inobservância, por parte de seus empregados, de Leis, decretos, normas de segurança no trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, regulamentos e posturas municipais;
	40. Responsabilizar-se pela exatidão do serviço, inclusive dos trabalhos eventualmente subcontratados, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados, de comum acordo, todos os erros, vícios e falhas comprovadas nos trabalhos

apresentados, mesmo após a execução final do serviço;

* 1. Responsabilizar-se pela confiabilidade dos serviços executados garantindo uma boa qualidade e segurança dos mesmos;
	2. Disponibilizar ao término do Contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado, por até 90 (noventa) dias após o término do contrato;
	3. Designar preposto durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que seja necessário;
	4. Fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP  AgênciaNacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidadesdos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato;
	5. Cancelar o credenciamento dos postos que não cumprirem as normas da Agência Nacional do Petróleo  ANP;

# CLÁUSULA DÉCIMA  DA GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será realizada pelo Fiscal de Contratos da Câmara Sr. Natanael Penning Voss e a gestão ficará a cargo da Gestor de Contratos Coordenador de Gabinete e Controle desta Câmara;

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Câmara ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA  DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente contrato será recebido:

1.  Provisoriamente pelos responsáveis designados pela CONTRATANTE para fiscalização dos serviços, após verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 10 (dez) dias da notificação da CONTRATADA acercado término do serviço;
2. - Definitivamente pelos responsáveis designados pela CONTRATANTE para fiscalização dos serviços e acompanhamento do contrato, comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do recebimento provisório.

Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADAde eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas do art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintesinfrações:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
2. dar causa e inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. dar causa a inexecução total do contrato;
4. deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quandoconvocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaraçãofalsa durante a licitação ou a execução do contrato;
9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
11. praticar atos lícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12. praticar ato lesivo previsto no art. 32 da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013.

Nos termos do art. 156, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativasprevistas nesta Lel as seguintes sanções:

1. Advertência
2. Multa
3. Impedimento de licitar e contratar
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes critérios:A - a natureza e a gravidade da infração cometida;

B- as peculiaridades do caso concreto,

C - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

D - os danos que dela provierem para a Administração Pública,

E - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A sanção prevista no item I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso do caput do art. 155 da Lei 14.133, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção prevista no item II, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133.

A sanção prevista no item III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I. IV. V. VI. VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

A sanção prevista no item IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII. IX. X. XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos.

A sanção estabelecida no item IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

1. quando aplicada par órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva da

autoridade máxima da entidade;

As sanções previstas nos itens, I e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item II (multa).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções supra previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Administração Pública.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  DA EXTINÇÃO

As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, por:

1.  Ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;
2.  Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a CONTRATANTE;III  Por decisão arbitral ou judicial.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos a este contrato serão dirimidos na forma da Lei Federal nº 14.133/21.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu/RS para dirimir quaisquerquestões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro)vias de igual teor e forma.

Canguçu/RS,

JARDEL SOUZA DE

Assinado de forma digital por JARDEL SOUZA DE

OLIVEIRA:71204741 OLIVEIRA:71204741034

RENATA NUNES

Assinado de forma digital por RENATA NUNES

FERREIRA:37 840

FERREIRA:37123728

123728840

Dados: 2025.01.02

14:08:32 -03'00'

Dados: 2025.01.02 12:51:26

034 -03'00'

# JARDEL SOUZA DE OLIVEIRA RENATA NUNES FERREIRA

Presidente da Câmara Empresa Contratada